

Quartas no Arquivo

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ

(Palestra apresentada no dia 20 de junho de 2007)

Vozes entre chaminés: memória, narrativa e experiência dos trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro.

*Msc. Ricardo M. Pimenta**

Este trabalho de pesquisa é fruto de minha dissertação de mestrado, defendida no início de 2006, no Programa de Pós-graduação em Memória Social na UNIRIO. “Vozes entre as chaminés” é o nome que escolhi para esta palestra por representar de maneira muito interessante o que pretendi desenvolver durante meu trabalho.

A indústria brasileira e sua história já foram brilhantemente analisadas por diversos estudiosos, mas também mantém diferentes lacunas quando nos remetemos à questão dos trabalhadores e suas realidades; habitantes desse passado cujas experiências — em muitos casos — não nos aguardam em arquivos, documentos ou fotos. Daí a necessidade de entrevistá-los. Entendi que, se a História era a ciência dos homens no tempo¹, me restava ainda lançar um olhar para esses personagens que ainda estão entre nós, e que tenham vivido o tempo pretérito da fábrica de tecidos.

Uma memória rica, portanto, foi e ainda é construída por estes atores sociais conectados pelas mesmas ações, lutas e conquistas. Em conjunto com as entrevistas realizadas, utilizei ainda fontes escritas e iconográficas, produzidas tanto pelos trabalhadores como pelas empresas, as quais auxiliaram em muito na montagem desse mosaico.

E, nesse sentido, é que entendo a oralidade desses antigos operários têxteis enquanto um “canal” vital para a construção da memória desses “habitantes” da História, canal este que reside uma indiscutível riqueza a ser explorada ainda mais no campo de estudos das ciências humanas e particularmente dos estudos sobre a Memória Social.

Dessa maneira, é a História Oral uma tentativa de dar “voz” aos silenciados? Ou seria a ação de direcionar a audição para o que não se ouvia antes? Embora possam parecer inicialmente redundantes, essas perguntas se completam no sentido do que se propõe a

* Doutorando e Mestre em Memória Social pela UNIRIO.

História Oral. Ou seja, de nada adianta a “voz” se não há quem a entenda, reconheça, traduza e a ouça.

Quando Philippe Joutard disse que a força da História Oral residia em “dar a voz”² aos esquecidos ou derrotados, talvez lhe faltara considerar que esses “atores sociais” não deixaram de resistir pelo tempo e espaço, tampouco lhes faltaram suas vozes. A História pode ser contada pelos vencedores, mas em sua estrutura as tensões e os diversos atores constantemente estiveram ali presentes e atuantes ainda que de maneira “subterrânea”

A questão, então, era que não os ouvíamos. O problema era que a História, enquanto uma produção do homem em seu tempo respectivo, também fez suas escolhas; e escolhia não os inserir. Ou seja, não havia quem os ouvisse.

O esforço de se “ouvir” esses atores é, portanto, o de escrever uma história vista de baixo através da heteroglossia de seus personagens. “Ouvir”, e não apenas “ler”, também se tornou papel do historiador; e assim as “histórias de vida” do velho operário e da velha tecelã se mostram, para além dos acontecimentos que acompanho e investigo nas demais fontes escritas ou iconográficas, como a possibilidade do: “(...) poder compartilhar o gosto que tudo isso deixou na memória de pessoas que realmente viveram esta experiência”.³

A pesquisa, portanto, foi realizada no universo de duas companhias têxteis do Rio de Janeiro. São elas a Companhia América Fabril e a Companhia Nova América S.A. Traçando um breve histórico, no caso da companhia têxtil América Fabril, seu início tem como marco o ano de 1878 com a implementação de uma fábrica, na região de Pau Grande em Magé, interior do estado. Em 1891 comprou e reformou a fábrica que se chamaria Cruzeiro, na região do Andaraí Grande, freguesia do Engenho Velho; e dessa forma inseriu-se no cenário urbano da capital.

Em seguida, com as aquisições da Fábrica Bonfim, em 1903 — situada no atual Bairro do Caju na zona portuária —; e da fábrica Mavilis em 1911 — vizinha à Bonfim —, levando-os a uma aproximação muito profícua com a malha ferroviária da Leopoldina e aos portos existentes naquela região, a América Fabril ocuparia definitivamente o quadro das dez maiores indústrias têxteis brasileiras na época.⁴

Progredindo de forma sustentável nos anos que se seguiam, em 1920 tornou-se a maior companhia têxtil do Brasil após adquirir mais uma fábrica, a Carioca; localizada na grande Gávea — hoje, bairro do Jardim Botânico. No decorrer dos anos a América Fabril ainda concentrou outras fábricas como a de Deodoro, no bairro do subúrbio carioca de mesmo nome, e a de Cachoeira Grande, vizinha à Pau Grande.

Quanto à companhia Nova América, sua criação, em 1924, se deveu à atividade de uma diretoria demissionária da antiga América Fabril. A, então, “Nova” América logo se tornou uma das companhias têxteis de maior expressão no Rio de Janeiro até sua falência, também na década de 80, e sua completa desativação em 1991, quando permaneceu com suas portas fechadas e seus teares desligados durante os anos seguintes.

O caso da Nova América apresentou menos obstáculos quanto à busca desses antigos operários, pela característica de centralidade daquela companhia que desempenhou durante longos anos sua produção em um único local, no bairro de Del Castilho, no Rio de Janeiro.

A prática do trabalho no dia-a-dia cercado de máquinas e tecidos requeria uma dinâmica de disciplina, rapidez e produção. As fábricas têxteis características dos séculos XIX e XX eram, dessa forma, pensadas e instituídas. Os operários, por sua vez, tinham de ser controlados e moldados pelo ritmo dos teares. Suas vidas pessoais e o cotidiano de suas famílias confundiam-se com o ritmo do apito proveniente da fábrica, muitas vezes proprietária de suas próprias casas e reguladora de seu tempo privado.

No espaço característico das indústrias aqui tratadas, a fábrica desempenhava a centralidade não só do trabalho, como de poder, controle, disciplina e produção. A formação daquele espaço social, que permeava toda fábrica e seus praticantes, de fato se aproximava à descrição feita por Bachelet, em sua obra *L'espace*, como: “um espaço magnético, marcado por pontos de atração e linhas de força”.⁵

Essas linhas de força, entretanto, não reconhecem na figura do operário que ali atua sua individualidade ou sua privacidade. Afinal, mesmo que haja no espaço fabril agentes que lutam contra um certo insulamento “absoluto” das fábricas e o controle integral dos corpos laborais — como sindicalistas, militantes, códigos e legislações que na esfera pública podem suplantar a autoridade patronal — uma grande fração do controle do espaço fabril ainda se movimentava por regimes político-sociais mais herméticos simbolizados pelos portões e muros das fábricas; e de forma mais exteriorizada, por suas vilas operárias, por exemplo.⁶

Ou seja, o que era “privado” estabelecia-se, mesmo que não fisicamente, junto aos muros fabris. Casas e vilas operárias são construídas, abastecidas e alugadas pela própria companhia e, sendo assim, tornavam-se apenas uma extensão do “braço” industrial que os empregava.

No que se refere ao convívio social e a estes meios de auxílio e assistências, administradas do centro do *kosmos* fabril, era notório o papel da vigilância onde se agregava também ao acompanhamento de doenças — tratando-as quando possível — além da educação primária, creches, entre outros benefícios⁷ custeados pela companhia. Por esta razão, em

diferentes instâncias sociais, a vigilância e o controle permaneciam amalgamados à vida operária, não apenas entre os muros das fábricas e suas seções, mas igualmente presentes dentro das famílias e de seu cotidiano.

A vida cotidiana prendia-se ao espaço fabril, racionalizado com a intenção de controle e disciplina como forma de poder, modelando e marcando não só os espaços como o tempo e os movimentos do corpo,⁸ daqueles que nele se inseriam.

Tal sistema, fruto de uma sociedade em modernização constante desde meados do século XIX, encontrava em fábricas como das companhias América Fabril e Nova América, de padrões arquitetônicos britânicos característicos pelo espaço sóbrio⁹ e disciplinador — muito presente no cenário industrial brasileiro do início do século XX — o espaço perfeito para o controle e desenvolvimento de um setor — o têxtil — considerado o “(...) mais avançado das relações capitalistas de produção (...) concentração de capital, força de trabalho e força motriz por unidade de produção”.¹⁰

Para grande número destes antigos operários, a ida à fábrica esteve intimamente ligada com a necessidade de dinheiro para suas famílias e, assim, da contribuição para o orçamento da casa. Mesmo nos anos 40; como o caso do senhor “Toninho”; ex-operário da companhia Nova América, que ali trabalhara desde 1946 até início de 2004. Imbuído de afeto e ansiedade na construção de sua narrativa, o sr. Toninho lembra da época que, ainda menor de idade, começara a trabalhar na mesma companhia que seu pai integrava desde a formação em 1924:

“(...) 22 de janeiro de 1946, a pedido do meu pai, seu Avelino José Fernandes, pediu e tal, tem um filho que queria ingressar... bota lá pra trabalhar, pra ajudar ele também na ajuda do orçamento da casa... (...) aí meu pai pediu sabe? (...) dali a minha carreira começou. Meu pai pediu, aí eu fui pra fiação... pra fiação nova, por que meu pai era chefe da fiação velha (...)”.¹¹

Da mesma forma, outros companheiros de fábrica, como o caso do senhor Agenor — também um ex-operário da Nova América desde 1949, esteve presente em diversas seções e cargos —, compartilham as mesmas questões acerca dos motivos para o ingresso nas fileiras operárias. Suas histórias de vida retratam um cotidiano social da família proletária que encontrava no trabalho, exercido por todos seus membros possíveis, o canal de sobrevivência.

“(...) Então eu vim, nós viemos numa situação muito difícil né, meu pai era chofer de praça, e... teve racionamento de gasolina, teve que ir pra guerra; foi uma época de muitas privações; (...) Aos treze anos, quando nossa necessidade, começar a trabalhar, eu comecei a trabalhar com treze anos com autorização do juizado de menores, comecei a trabalhar com uns 13 anos na, numa seção de... tinturaria de pano, um

conjunto de seções que chamava de acabamento geral que pegava o pano cru, né? (...) Um, um lugar assim de uma insalubridade muito grande, muita insalubridade, muito calor, né? E... eu com meus 13 anos encarei, enfrentei aquela solidão [emoção]. Era um emprego provisório, provisório para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos que estavam interrompidos; e eu realmente fui trabalhar (...).¹²

A entrada desses jovens, entretanto, estaria tangenciada não só pela necessidade primária de ajuda à família. O ideal do “ser cidadão”, de ser parte de um “orgânico” todo, enquanto uma “pessoa coletiva”¹³ já estava disseminado desde os anos 30, permeando no imaginário popular o binômio trabalho/cidadania. O valor do trabalho pairava como parte indissociável à constituição do homem enquanto cidadão; e neste escopo, não só homens como mulheres e crianças também detinham em um imaginário coletivo a questão do trabalho, e de sua capacidade produtiva, como “passagem” para a cidadania.

Relacionado ao crescente exercício de valorização do trabalho pelo estado, também figurava a incipiente execução das leis referentes ao trabalho infantil. Desde meados dos anos 20 que o trabalho infantil como operário nas fábricas era apenas permitido para maiores de 14 anos¹⁴. Entretanto, a idade não se apresentava como empecilho, uma vez que a própria administração da fábrica a alterava para registro:

“Antigamente a gente... Como é que se diz? É... Não, não dava o, a idade certa por que tinha que fazer isso porque não existia ainda, é, carteira. (...) Então agente aumentava lá o... o pessoal lá, lá do escritório aumentava a idade”.¹⁵

A valorização do trabalho, portanto, contribuía na desvalorização do indivíduo em detrimento do coletivo e da produção. O baixo custo dos operários não-especializados — e este era o caso do trabalho infantil, em maioria — se impunha a uma outra espécie de custo: a integridade física.

Os acidentes tratavam de “marcar” ainda mais a infância “consentida” pelo apito da fábrica. Nas palavras de antigos trabalhadores, como Dona Esmeralda — fiandeira e tecelã da unidade Mavilis da América Fabril, desde meados dos anos 20, hoje com 95 anos de idade —, está no toque da pele:

“Existia um caixote que agente botava algodão; o resto do algodão ali, pra guardar pra depois ir recolher... E eu quando empurrei com a mão, a mão escapuliu e entrou dentro do tambor... Que roda, pra rodar as espulas pra encher. Então, aqui a marca. [Dona Esmeralda mostra em sua mão cicatrizes que denunciavam um antigo ferimento. Um pouco mais suaves pelo tempo, porém extensas, as cicatrizes

*mostravam assim que o acidente fora já há muitos anos]. (...) levei 3 meses pra curar isso aqui”.*¹⁶

Os acidentes de trabalho, comuns no espaço de trabalho fabril dos séculos XIX e XX, apontavam como um dos indicadores da má qualificação ainda presente no operariado, e das más condições de trabalho, onde mutilações ou doenças — em diversos casos com crianças — compunham o “quadro” das primeiras décadas do trabalho fabril. Assim como Dona Esmeralda, o senhor Herrero também tornara-se vítima da inexperiência e do maquinário de funcionamento intermitente.

O trabalho, vindo igualmente como um precoce signo de independência e maturidade, não lhe apresentou só bons momentos. O acidente que lhe mutilara a mão direita em uma prensa, causando a perda de 3 dedos marcara bem a época de sua entrada na fábrica.

“Uma máquina que tinha uma porção de lâmina assim que trabalhava assim [gesticula com os braços], sabe? Umhas máquinas grandes, umhas máquinas enormes (...) Não sei como é que fazia, só sei que o algodão era jogado ali, e, e, em bruto; aquelas facas trituravam, tanto que cortou vários braços, e um monte de operário ai ficaram sem braço, sem mão, porque... descuidava na hora de, descuidavam conversando, brincando, contando caso e tal... As vezes, descuidava e Pá! (...) não tinha indenização, não tinha nada (...)”.

¹⁷

Entre o trabalho duro e os acidentes; entre o controle e a disciplina; os trabalhadores também criavam suas estratégias para resistir. Nesse sentido, os banheiros em ambas empresas estiveram retratados como pontos de socialização dos homens e mulheres ali presentes, onde mostravam-se capazes de “subverter” o espaço de trabalho, ainda que por breves momentos:

“Olha, o único lugar que eles gastavam o tempo mesmo era no banheiro. [riso] Eles iam fumar um cigarro, — Ah! Eu vou fumar um cigarro — aqueles cigarros deles, às vezes levavam quarenta minutos... Por que é lá que, é lá que eles levavam o tempo deles, por que na sala não podia. Por que, como é que você vai ficar parado dentro de um setor de trabalho, sendo que existe um encarregado, um contra-mestre, gerente; sempre circulando por ali?”.

¹⁸

Essa prática, conhecida por ambas as companhias, estava presente em todas as fábricas, e nesse sentido, alguns recursos eram implementados para coibir a longa permanência e as conversas nos banheiros. As portas, segundo as entrevistas, possuíam

pequenas janelas que possibilitavam o controle por parte dos supervisores, evitando a longa permanência nos banheiros.

Portanto, se era através da marcação do relógio que a fábrica funcionava, era nos banheiros que o operariado continuava a subverter a disciplina do “tempo de trabalho”. Tais práticas, inclusive, não se estendiam apenas aos homens. As mulheres, lembra a ex-tecelã Silvia, também usavam da mesma estratégia:

“(…) iam pros banheiros, ai meu deus! iam pros banheiros... aí, aí, ali pegava fogo, né? Aí que contavam aquela miséria [*risos*] que eles faziam, né? (...) as mulheres que arrumavam uns namorados lá, combinavam, saíam de tarde (...) Quando ia ver no dia seguinte a outra fulana chegava lá no banheiro: — Ih! Ontem fui com fulano, fui pra aqui, fui pra ali — (...) Ali é que era o ponto, né? Se quisesse, contar as besteiradas todas ia pra lá! Umas iam fumar, né? (...) coisas do arco da velha [*risos*]!”¹⁹

Nesse sentido, o espaço marcado e pensado pela disciplina fabril, também era marcado e “interpretado” pelos seus personagens no cotidiano. Essas marcações se mostram através da própria identidade dos entrevistados que, enquanto um grupo social, tem no “lugar” de atuações e difusões de atividades e práticas, sejam elas culturais, políticas ou sociais, suas inscrições no mundo²⁰ e suas referências para a construção da memória.

Ainda que o cotidiano do trabalho se apresentasse de maneira dura o operariado não estava totalmente subjugado pelas máquinas — isso ficou bem claro no decorrer das entrevistas. As práticas de lazer e resistências por eles criadas e mantidas apontavam para um quadro muito mais plural da realidade do trabalho fabril que marcou profundamente na identidade dos trabalhadores têxteis aqui estudados. Ao falar sobre os meios de lazer, muito de suas particularidades e de seu grupo vieram à tona. Depoimentos colhidos de ex-operários da fábrica Carioca, por exemplo, mostravam o carnaval como o feriado que todos esperavam durante o ano:

“Quando era perto do carnaval, então que eles botavam pra trabalhar no carnaval... aí, aí, aí é que o pessoal ficava [*risos*] enfezado mesmo. [*risos*] (...) paravam as máquinas e toma lhe bloco pra lá e pra cá, dentro da fábrica (...)”.²¹

Ao perguntar sobre quais eram as atitudes dos mestres e contra-mestres, sua resposta representava o quanto a condição de coletividade estava presente nas ações dos operários e em suas estratégias:

“(…) Eles não faziam, eles não podiam fazer nada por que o povo tava por conta de ter que trabalhar no carnaval, (...) [risos] Aí, o... o pessoal fazia [risos] o bloco pra lá e para cá [risos] (...) Enquanto o gerente não tava, o bloco saia e os contra-mestres ficavam por conta, ‘Vou chamar o gerente, vou chamar o gerente!’ ninguém punia a gente, o pessoal ai ia lá chamar o inglês Thomas Holly, sei lá! Não sei o nome dele, ele era inglês, quando ele vinha com aquela roupa branca né? Quando ele vinha, né? (...) Todo mundo voltava pros tiars [sic] outra vez, sabe? Mas era assim... dava detenção...”²²

Lembramos, entretanto, que não foi apenas o carnaval que esteve arraigado nas camadas proletárias; e em especial o futebol também esteve marcado fortemente na atuação dos operários da América Fabril. Os jogos de futebol fizeram forte parte do entretenimento de Herrero e de outros operários ao longo dos anos mobilizando um grande número dos moradores locais, não apenas ligados à fábrica.

“A gente fazia um festival aqui no campo, pra jogar... E, era, era a nossa diversão! Era, o futebol!, estudar...estudava, e, e... o baile, quando tinha um bailezinho lá... (...) clube carioca que era o clube do baile naquela época”.²³

No entanto, as práticas tão vivas na memória desses atores sociais vem sendo mais e mais apenas restos de um tempo e espaço cada vez mais fragmentado e dissociado. Hoje, apenas algumas casas de vilas operárias se mantêm como os últimos “restos” daqueles *kosmos* tão características do local onde a presença da indústria imprimia na sua população, e no espaço que o tangenciava, as experiências que no cotidiano e no trabalho, formavam sua dinâmica.

Assim como a Carioca, as fábricas Mavilis e Bonfim seguiram a mesma lógica do desaparecimento. Estas fábricas, vizinhas, localizadas perto da zona portuária do bairro do Caju, foram completamente demolidas até o chão; e seus terrenos passaram a ser utilizados para depósito de *containers*. Moradores de uma das antigas vilas operárias convivem agora com o barulho dos guindastes e a paisagem de blocos de aço coloridos que cercam sua vila. Não há quaisquer outros restos das fábricas de tecidos que não sejam eles mesmos, sua vila e a memória.

“(…) foi mudando tudo, né? Num instante, em 69 [1969], a fábrica fechou; aí ficou um terreno vago aí; tantos anos! Era, ficou tudo jogado... [O entrevistador pergunta: — A fábrica foi demolida logo?] Não! Levou mais, mais de 15 anos! Mais de 15 anos; tudo parado aí, depois é que botaram tudo abaixo, aí, aí que botaram esses *containers* aí”.²⁴

Assim como a Carioca, a Bonfim e a Mavilis, o “apagamento” da fábrica Cruzeiro do cenário urbano compôs o mesmo quadro da desindustrialização ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, alguns fatores conferiram ao caso da fábrica Cruzeiro, características singulares aos demais casos.

Ocupando uma extensa área entre os atuais bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, a fábrica Cruzeiro assim como todo seu espaço periférico, estiveram no “olho do furacão” de mudanças desses cenários urbanos onde a fábrica constituía-se como um ponto “nevrálgico” da antiga sociedade industrial. Seu terreno fazia frente com o antigo campo de futebol do América Futebol Clube — onde hoje é o *shopping center* Iguatemi, de Vila Isabel —, e seguia tangenciando as ruas Maxwell e Barão de Mesquita — no bairro do Andaraí — chegando até o Largo *Verdun*, no Grajaú.

Ao “fechar das cortinas” da atuação da fábrica Cruzeiro, muito de seu terreno não foi só apagado como também fragmentado entre estatais que trataram de instaurar uma nova ordem e função naqueles locais. Atualmente, grande parte de sua área é ocupada pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e pelo condomínio de prédios — construídos à época pelo financiamento do BNH — chamado pelos moradores do bairro de “tijolinho”.

Já em relação à Nova América, em 1995 era inaugurado o *shopping* Nova América, e com ele a “limpeza” da memória, deixando-a sem “arestas”. A “casca” de tijolos vermelhos abrigaria um novo espaço social e de trabalho onde o chão de fábrica dá lugar a um conjunto de lojas, células destinadas à satisfação individual pelo consumo e estética, tornando o templo da produção em templo do consumo.

Entendemos que é no “estranhamento” com o presente que essas memórias se sustentam. Queremos dizer que a consciência do tempo passado e a experiência de um presente articulador de rupturas sociais, econômicas e políticas, bem como culturais, trazem ao agente social — aqui representado pelo trabalhador, operário têxtil — os vestígios de uma crise, ou re-construção de seus próprios papéis junto à sociedade.

Em meio às nostalgias, diferenças, esquecimentos e lembranças, portanto, é que, tão somente, o trabalho da memória desses operários se deflagra. Ao mesmo passo, a “veloz” sociedade pós-moderna em que vivemos não deixou de conviver com elementos, cenários e atores pertencentes ao “velho” modelo capitalista industrial, tão difundido no início e ao longo do século XX.

Na lembrança o trabalho continuou presente e o “estranhamento” dos novos quadros contemporâneos suscitou isso. Dessa forma, se o tempo de trabalho fabril para esses atores

teve seu fim na vida cotidiana, ele permanece em suas memórias dando-lhes o referencial de quem eram e o que exerciam no espaço social e físico.

A memória coletiva desses atores atuou no presente com o que estava irredutivelmente findo: o passado. A memória — como diria Arendt — age dessa maneira: “uma capacidade do espírito de fazer presente o invisível”.²⁵ E, nesse caso, o que era invisível para alguns olhos, era justamente o velho trabalhador, a velha trabalhadora, e suas trajetórias que contavam mais da realidade dos trabalhadores fabris do século XX.

Ao tratar das experiências desse grupo de trabalhadores trouxemos ao foco de nossas questões o fato de que o trabalho da memória estaria diretamente ligado à idéia de que o indivíduo também se reconhece em referência ao seu grupo social cuja identidade comum e os papéis exercidos atuam como uma interseção pelos demais atores sociais.

Entretanto, se reconhecer em referência ao grupo social do qual faz parte é cada vez mais difícil para estes homens e mulheres. A consciência do término de seus papéis sociais se encontra com o processo gradativo de mutilação e dissolução de suas referências materiais e simbólicas com o passar dos anos. A memória por eles regida nada mais é que fruto dessa percepção e última resistência à “tempestade” avassaladora do tempo/progresso.

¹ BLOCH, Marc. (1941 – 1942). *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949 (trad. Port. 3ª ed., Europa-América, Mem-Martins, 1976). Pp.32-33.

² JOUTARD, Philippe. “Desafios à História Oral do Século XXI” In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Fernandes, Tânia Maria. ALBERTI, Verena. (orgs) **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – FGV, 2000. p. 33.

³ GOMES, Angela de Castro (coord.). FLAKSMAN, Dora Rocha. STOTZ, Eduardo. **Velhos Militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p.8.

⁴ Cf. WEID, Elisabeth von der. BASTOS, Ana Maria Rodrigues. **O Fio da Meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

⁵ Tradução própria do autor, de: “(...) *Il ressemble davantage à un espace magnétique marqué par des points d'attraction, des lignes de forces*”. In: BACHELET, Bernard. *L'espace Vécu* In: **Le Espace**. Paris: PUF, 1998. p. 6.

⁶ GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. pp. 192-193.

⁷ PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Uma outra realidade: as condições trabalhistas e assistenciais do operariado da companhia América Fabril, Rio de Janeiro (1926-1931)**. Monografia de conclusão do curso de Bacharel em História. Rio de Janeiro: UGF, 2003. pp. 36-49.

⁸ FRANCO, Silvia. GONÇALVEZ, Luis. *Clínica laboral: Nuevos abordajes clínicos y organizacionales para los síntomas contemporáneos*. In: SCHVARSTEIN, Leonardo. LEOPOLD, Luís. [et al.]. **Trabajo y Subjetividad: entre lo existente y lo necesario**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 268.

⁹ HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. Col. Série fundamentos. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991. pp. 133-134.

¹⁰ Idem. p. 136.

¹¹ Entrevista com o Sr. Antonio José Fernandes (Toninho), aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 22 de outubro de 2004. As palavras sublinhadas expressam ênfase na fala do personagem. Assim como este fragmento, os demais seguirão — quando necessário — este mesmo parâmetro.

¹² Entrevista com o Sr. Agenor Figueira Rodrigues, aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 26 de outubro de 2004. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada

¹³ GOMES, Angela de Castro. “A invenção do trabalhismo”. 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2005. pp. 229-231.

¹⁴ Lei Federal, decreto nº 5.083 de 01 de dezembro de 1926.

¹⁵ Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005.

¹⁶ Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada.

¹⁷ Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos, aposentado. Ex-operário da Companhia América Fabril, unidade Carioca; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

¹⁸ Entrevista com o Sr. Valdeci Simões Dias; concedida em 22 de agosto de 2004.

¹⁹ Entrevista com a Dona Silvia Ministério; concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005.

²⁰ CHARLESWORTH, Simon J. **A phenomenology of working class experience**. United Kingdom, Cambridge: Cambridge University Press, 2000. pp. 86-87.

²¹ Entrevista com Dona Silvia Ministério, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005. As palavras sublinhadas expressam ênfase na fala do personagem, e todo o texto contido entre colchetes é de grifo pessoal, ou constitui-se na pergunta feita ao entrevistado no momento da entrevista.

²² Ibidem.

²³ Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

²⁴ Entrevista com o Sr^a. Silvia Ministério, aposentada pela da Companhia América fabril, unidade do Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005. As palavras sublinhadas expressam ênfase na fala do personagem, e todo o texto contido entre colchetes é de grifo pessoal, ou constitui-se na pergunta feita ao entrevistado no momento da entrevista.

²⁵ ARENDT, Hannah **La Voluntad**. In: **La Vida del Espíritu**. 1ª ed. Col. Paidós Básica 110. Trad. Carmen Corral y Fina Birulés. Buenos Aires: Paidós Editora, 2002. p. 244.